



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 1 • nº 01 • 02 a 15/05/2004 • ISSN 1809-6182

Análises

13/05/2004 - Eleições nos Estados Unidosp.01

Em 02 de novembro de 2004, acontecem as eleições à presidência dos Estados Unidos, à qual concorrem George W. Bush, pelo partido Republicano, e, provavelmente, John Kerry, pelo Democrata.

Resenhas

06/05/2004 - Mudança de rumos em Falluja e Najafp.03

A presente resenha discorre sobre os novos desdobramentos, ocorridos no período de 28 de abril a 6 de maio de 2004, referentes à contenção dos movimentos de oposição armada sunita e xiita à permanência das tropas da coalizão em território iraquiano.

13/05/2004 - Política de Segurança dos EUA para a América Latina: Venezuela e Colômbia p.05

No dia 4 de maio de 2004, um atentado ocorreu na cidade colombiana de Tame, provocando duas mortes, uma delas de uma criança de oito anos e mais de 30 feridos.

13/05/2004 - Repercussões dos Abusos de Prisioneiros no Iraque p.07

Continuam repercutindo nos EUA as imagens de estadunidenses maltratando prisioneiros iraquianos, fato que altera a opinião pública sobre a política dos EUA para o Iraque.

13/05/2005 - Likud rejeita plano de Sharon p.09

A resenha discorre sobre o episódio de rejeição do plano submetido, pelo primeiro ministro israelense, à votação do Likud e apresenta possíveis desdobramentos dele decorrentes.

Eleições nos Estados Unidos

Análise
Segurança

Bárbara Gomes Lamas
13 de maio de 2004

Em 02 de novembro de 2004, acontecem as eleições à presidência dos Estados Unidos, à qual concorrem George W. Bush, pelo partido Republicano, e, provavelmente, John Kerry, pelo Democrata.

Em 02 de novembro de 2004, acontecem as eleições à presidência dos Estados Unidos, à qual concorrem George W. Bush, pelo partido Republicano, e, provavelmente, John Kerry, pelo Democrata [ver [Sistema Eleitoral dos Estados Unidos](#)]. Até semana passada, os dois principais candidatos, Bush e Kerry, se encontravam tecnicamente empatados nas pesquisas de intenções de voto, com 44% e 41% das intenções de voto (margem de erro de três pontos percentuais), respectivamente, segundo pesquisa da Fox News, publicada no último dia 07 de maio. Segundo a mesma pesquisa, Kerry é visto pela população estadunidense como o mais capaz de lidar com questões de seguridade social (37% a 34%) e saúde (41% a 34%); os dois candidatos estão empatados no que tange à economia e educação; e Bush seria o mais capaz de lidar com a política externa (47% a 37%), com o combate ao terrorismo (52% a 26%) e com a situação no Iraque (48% a 35%).

Estes números, contudo, não refletem as mudanças provocadas pela divulgação de fotos de oficiais estadunidenses - na verdade, civis contratados para servir de garantidores da segurança no Iraque - maltratando e humilhando iraquianos durante interrogatórios, na prisão de Abu Ghraib. Tal fato pode ter desdobramentos

políticos importantes. Por um lado, a condenação dos métodos interrogatórios, utilizados por alguns oficiais dos Estados Unidos, por países aliados pode significar a retirada do apoio às ações estadunidenses no Iraque, minando sua já frágil legitimidade. As implicações domésticas, no entanto, podem ser mais sérias. A reprovação do ato pela opinião pública dos Estados Unidos pode resultar na queda da popularidade do atual presidente e candidato à re-eleição, George W. Bush, comprometendo os resultados das eleições. De fato, como mostram as pesquisas feitas pela CBSNews e divulgadas dia 12 de maio de 2004, nas duas últimas semanas, a aprovação do modo como Bush conduz a campanha contra o terrorismo caiu de 60% para 51% e a desaprovação subiu de 32% para 39%. Como os pontos fortes do presidente são exatamente sua capacidade de lidar com assuntos relacionados à política externa e ao combate ao terrorismo, espera-se que ele caia nas pesquisas de intenção de voto.

O presidente Bush alegou que não tinha conhecimento das fotos, bem como dos métodos praticados por alguns oficiais, e ainda reprovou publicamente seu Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, por não tê-lo alertado anteriormente sobre a existência das fotos e do relatório que estaria sendo feito pelo Pentágono há dois

meses. Não se deve descartar a possibilidade, contudo, de que o secretário Rumsfeld esteja sendo feito de bode expiatório, como uma jogada para minimizar os danos à imagem do presidente ou, ainda, para desviar a atenção da mídia e da população estadunidense para uma possível “crise” ou rugas entre o presidente e seu secretário de defesa.

À parte das implicações políticas geradas pela divulgação das fotos, o fato de se ter civis contratados para exercer funções militares levanta a questão do papel estatal no processo de estabelecimento da ordem iraquiana, na medida em que este seria primordialmente a manutenção do monopólio do uso da coerção. Ademais, também surgem questões de ordem legal, na medida em que, segundo Singer (2004), não há legislação clara, doméstica ou internacional, que regule a atividade das empresas que prestam serviços militares (PMFs). Há controvérsias no ramo do direito internacional sobre a classificação ou não de PMFs como mercenários, e se devem ser tratados como militares ou não, especialmente em questões que tangem ao direito humanitário. Em outras palavras, tais empresas agem sem restrições legais, o que, de certa forma, abre espaço para abusos como os praticados na prisão de Abu Ghraib.

Mudança de rumos em Falluja e Najaf

Resenha
Segurança

Layla Dawood
06 de maio de 2004

A presente resenha discorre sobre os novos desdobramentos, ocorridos no período de 28 de abril a 6 de maio de 2004, referentes à contenção dos movimentos de oposição armada sunita e xiita à permanência das tropas da coalizão em território iraquiano.

O cerco de três semanas levado a cabo pelas tropas da coalizão à cidade de Falluja, epicentro da insurgência sunita no Iraque, teve fim no dia 28 de abril. Especula-se que tal desdobramento, ou seja, o fim do cerco, representaria uma mudança na estratégia estadunidense de contenção da oposição armada à ocupação do território iraquiano, uma vez que o cessar-fogo estabelecido no dia 10 de abril e a mediação de líderes civis, tribais e religiosos não teriam logrado o êxito esperado.

Um novo plano, proposto segundo oficiais estadunidenses por líderes tribais e ex-militares iraquianos, prevê que oficiais iraquianos serão encarregados da promoção da segurança da região. Para tanto, seria criado o chamado “Primeiro Batalhão da Brigada de Falluja”, formado majoritariamente por antigos oficiais do exército iraquiano e por alguns marines estadunidenses, sendo que estes últimos funcionariam como elos de ligação entre as novas forças de segurança e as tropas da coalizão.

O primeiro comandante escolhido para chefiar as forças de segurança iraquianas foi Jasim Muhammed Saleh. No dia 3 de maio, entretanto, este foi substituído por Muhammed Latif sob a alegação de que estaria envolvido na intensa repressão promovida anteriormente pelo governo de

Saddam Hussein. Já o novo comandante, Muhammed Latif, é tido como um opositor do antigo regime, uma vez que teria permanecido sete anos na prisão durante a década de 1990 por desobedecer a ordens de Saddam Hussein referentes à movimentação de tropas.

Autoridades estadunidenses acreditam que a substituição de soldados da coalizão por oficiais iraquianos, especialmente por membros da população local de Falluja, na contenção da oposição armada sunita, seria uma alternativa viável à invasão da cidade por tropas da coalizão. A invasão de Falluja poderia resultar em combates sangrentos entre insurgentes e soldados da coalizão, uma vez que, em geral, enfrentamentos urbanos, levados a cabo de quarteirão em quarteirão, resultam em um número alto de baixas de ambos os lados em confronto. O alto número de mortos entre os insurgentes iraquianos poderia insuflar a revolta nos habitantes de Falluja, o que, por sua vez, intensificaria, ainda mais, os levantes na região.

Além disso, a mudança prevista pelo novo plano conferiria um papel de maior destaque às autoridades iraquianas, minimizando, assim, suspeitas quanto às intenções estadunidenses em restaurar a soberania iraquiana na data especificada (30 de junho). Entretanto, persistem dúvidas, por parte de alguns oficiais

estadunidenses, quanto à eficácia de um batalhão composto de 900 soldados iraquianos, cujo treinamento não se pode ao certo especificar, na pacificação de uma cidade composta de 300.000 habitantes.

No que se refere à oposição xiita à permanência das tropas da coalizão em território iraquiano, perduram os confrontos armados entre os membros da milícia chefiada pelo clérigo Moktada al-Sadr (Armada Madhi) e os soldados estadunidenses. No entanto, acredita-se que a população xiita cada vez menos aprove as ações de al-Sadr. No dia 4 de maio, líderes xiitas reuniram-se e demandaram que Al-Sadr retirasse as unidades de sua milícia das cidades sagradas de Najaf e Karbala e interrompesse o processo de estocagem de armas nos mosteiros da região. Em um pronunciamento divulgado no mesmo dia, estes teriam reconhecido que o futuro do estado iraquiano, bem como o papel da população xiita no governo a ser estabelecido estariam intimamente ligados à contenção dos levantes e ao apaziguamento da região.

Durante o encontro entre os líderes xiitas, foi reiterada a advertência às tropas da coalizão referente às conseqüências possivelmente acarretadas na hipótese de invasão das cidades sagradas. Houve, entretanto, aqueles que defenderam a invasão, tais como Taqlif al-Faroun – líder tribal de Najaf – afirmando que esta não teria implicações relacionadas ao sentimento religioso da população local, uma vez que seria a forma mais eficaz de contenção da ação de “criminosos e ladrões”. Logo após a referida reunião, as cidades de Karbala e Diwaniya, localizadas ao sul do Iraque, foram atacadas pelas tropas da coalizão. Comandantes estadunidenses afirmam que o ataque visa a minar a ação da Armada Madhi na região sul do Iraque, sendo parte da estratégia estadunidense de isolar al-Sadr na cidade de Najaf.

Em reunião com o chefe da autoridade da

ocupação – Paul Bremer III – e com o comandante das forças estadunidenses – Ricardo S. Sanchez –, membros xiitas do Conselho de Governo do Iraque advertiram acerca da possibilidade de deflagração de uma guerra civil entre xiitas e sunitas, em função do apoio do plano de contenção dos levantes em Falluja por meio do acordo entre as autoridades da coalizão e antigos membros do exército de Saddam Hussein.

Finalmente, especula-se que recentes evidências, veiculadas maciçamente pela imprensa internacional, de tortura a iraquianos, por parte de membros das tropas da coalizão, poderiam insuflar ainda mais os ânimos da população iraquiana contra a ocupação do seu território, agravando, assim, a situação de conflito em que se encontra o país.

Referência

Sites

[BBC](#)

[CNN](#)

[Le Monde](#)

[New York Times](#)

[The Washington Post](#)

Política de Segurança dos EUA para a América Latina: Venezuela e Colômbia

Resenha
Segurança

Vinicius Alvarenga
06 de maio de 2004

No dia 4 de maio de 2004, um atentado ocorreu na cidade colombiana de Tame, provocando duas mortes, uma delas de uma criança de oito anos e mais de 30 feridos.

No dia 4 de maio de 2004, um atentado ocorreu na cidade colombiana de Tame, provocando duas mortes, uma delas de uma criança de oito anos e mais de 30 feridos. Foi utilizado um caminhão bomba com cerca de 80 kg de explosivos. Ele explodiu próximo a um parque, danificando várias lojas nas proximidades.

A cidade atingida fica na província de Arauca, fronteira com a Venezuela, e já foi palco de vários confrontos entre tropas do governo, grupos paramilitares de extrema direita e grupos guerrilheiros como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o ELN (Exército de Libertação Nacional).

As autoridades colombianas culpam as FARC pelo atentado à província, que é uma das mais ricas em Petróleo. Há alguns meses habitantes da província vêm sendo obrigados a deixar suas residências devido aos confrontos.

A ocorrência de um atentado na fronteira entre Colômbia e Venezuela ressalta a preocupação dos Estados Unidos quanto à segurança na região. Os EUA já definiram o chamado Plano Colômbia [ver Violência na Colômbia], cujo objetivo maior é combater o narcotráfico e as guerrilhas, as quais consideram como grupos terroristas. O governo estadunidense também se

demonstrou insatisfeito com as políticas do governo venezuelano contra o terrorismo, no relatório “Padrões do Terrorismo Global” do Departamento de Estado, realizado em 2003 e publicado em abril de 2004. Para Washington, o governo venezuelano, ao contrário do colombiano do presidente Álvaro Uribe, não coopera com a campanha contra o terrorismo, além de não colaborar para as políticas contra-terroristas estadunidenses e possuir afinidades ideológicas com as FARC e o ELN, grupos tratados como terroristas.

A Venezuela foi considerada incapaz ou negligente quanto à capacidade de proteger a fronteira com a Colômbia, pois permitiria, segundo a análise do relatório, a incursão de grupos terroristas como FARC e ELN na região. E ainda, possibilitaria a entrada de armas para organizações terroristas.

O governo venezuelano nega as acusações, dizendo que sua posição de ser contra o intervencionismo dos EUA não significa que não combatam o terrorismo. E alega que tem investido muitos recursos para fortalecer as forças armadas e melhorar os equipamentos para o controle da fronteira. O governo venezuelano ainda critica o fato de o Departamento de Estado dos EUA ter tirado conclusões sobre seus esforços de combate ao



terrorismo baseado tão somente em fontes não-confirmadas da imprensa.

Em se tratando de América Latina, realmente as preocupações de segurança estadunidenses estão voltadas para esses dois países, principalmente devido à presença de forças guerrilheiras armadas na Colômbia e a existência de um governo hostil aos interesses estadunidenses na Venezuela [ver EUA e Venezuela: relações conflitivas]. A presença de forças armadas estadunidenses na região reforça a preocupação dos EUA quanto às ameaças terroristas e ao tráfico de drogas.

Para os EUA a Venezuela é uma ameaça aos interesses do país na região, interesses esses que estão ligados não só à questão do narcotráfico, mas também à questão energética. Como a região é rica em Petróleo, o acesso ao mesmo é fundamental para o mercado dos EUA, que têm a Venezuela como um dos maiores fornecedores da commodity. A tentativa dos Estados Unidos de colocar em cheque o governo de Chávez, considerado antidemocrático, e acusá-lo de não cooperar para combater o terrorismo, poderia desestruturar o atual governo e criar condições para a eleição de um novo presidente. Sobre esse ponto o apoio dos EUA à realização de um referendo na Venezuela para a convocação de novas eleições é explícito [ver Conturabações Políticas na Venezuela]. Um novo governo possibilitaria reatar o relacionamento com a Venezuela, permitindo normalizar a comercialização do Petróleo, que foi abalada após a posse de Hugo Chávez, além de possibilitar uma maior cooperação entre os dois países para o caso das guerrilhas.

O Plano Colômbia, estabelecido primeiramente para o combate ao terrorismo e narcotráfico, funciona também como pressão na questão venezuelana, pois a presença de tropas estadunidenses afeta diretamente as preocupações de segurança da Venezuela.

Reforçar as tropas e o contingente na fronteira com a Colômbia talvez não seja só um passo contra o narcotráfico, mas contra uma ameaça ainda maior para o atual governo Chávez, que é o interesse estadunidense na região. E a aliança dos EUA com a Colômbia, que é considerada país “amigo” por eles, pode alterar a balança de poder na região. O auxílio material e financeiro de combate ao narcotráfico incluído no Plano Colômbia colabora para fortalecer as tropas colombianas e representa uma grande ameaça ao Estado venezuelano.

A ocorrência do atentado colabora mais ainda para aumentar as preocupações quanto à segurança da região. Não só os EUA como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e outros países do continente vêm na região um problema grave, principalmente o da violência e do narcotráfico. Assim, pode-se dizer que os EUA permanecerão identificando a região como um dos principais focos de sua política de segurança em todo o continente e tentarão cada vez mais uma maior presença e um maior controle da região, o que afeta em muito sua relação com a Venezuela e a relação entre os dois países vizinhos

Referência

[US Department of State](#)

[Venezuelan Analysis](#)

Repercussões dos Abusos de Prisioneiros no Iraque

Resenha
Segurança

Vinicius Alvarenga
13 de maio de 2004

Continuam repercutindo nos EUA as imagens de estadunidenses maltratando prisioneiros iraquianos, fato que altera a opinião pública sobre a política dos EUA para o Iraque.

As eleições para a escolha de um novo presidente dos Estados Unidos ocorrerão no final deste ano de 2004. George W. Bush tenta a reeleição pelo partido Republicano. John Kerry é o favorito para ser candidato do partido Democrata. Faltando seis meses para a eleição não há ainda definições sobre qual deles deverá ser o novo presidente estadunidense, pois ambos estão praticamente empatados nas pesquisas de intenção de votos.

Para alguns analistas a política externa é uma questão importante para a campanha e poderá ser o diferencial para a opinião pública. Nesse aspecto, ressaltam analistas políticos, a questão do Iraque é fundamental, sendo que desde o dia 1º de Abril vem tendo efeito dominante nas pesquisas. O mês de Abril foi o mais conturbado. Uma questão relevante foi a dos abusos cometidos contra prisioneiros iraquianos, que fez com que a administração Bush, e principalmente o Ministro da Defesa Donald Rumsfeld, se desculpassem pelo ocorrido [ver [Torturas no Iraque: Repercussões nos EUA e no mundo](#)]

A aprovação da maneira como Bush tem tratado o Iraque caiu de 44% para 35%, sendo que cerca de 57% desaprovaram as

ações de Bush, segundo pesquisas da Newsweek. Porém, pesquisas eleitorais indicam que os possíveis candidatos estariam praticamente empatados, com 46% de apoio a Kerry e 45% de apoio a Bush. Isto demonstra que apesar de a imagem do governo Bush ter piorado, assim como a aprovação de suas políticas, Kerry não conseguiu aproveitar a situação desfavorável de seu opositor, não alcançando uma vantagem nas intenções de voto.

Mesmo que as imagens dos maus tratos vinculadas na mídia não tenham alterado de forma significativa a disputa pelas eleições, elas ainda têm imensa repercussão nos Estados Unidos. Um dos soldados que participaram das humilhações aos prisioneiros iraquianos, Jeremy Sivits, reconheceu sua culpa perante uma corte marcial nos Estados Unidos. Ele foi condenado a um ano de prisão pelo crime e dispensado do exército. Sivits ainda culpou outros militares, que teriam dito que estavam seguindo ordens de superiores da inteligência militar.

Já o sargento Samuel Provance se pronunciou publicamente, dizendo que as torturas eram freqüentes e que as ordens vinham de militares da inteligência



hierarquicamente mais graduados, que teriam a responsabilidade maior pelos incidentes. Para ele, o serviço militar de inteligência não só tinha conhecimento das humilhações como incentivavam tais atos.

Os julgamentos de envolvidos na questão começaram nessa quarta. Sete soldados foram acusados formalmente e deverão depor perante a corte marcial. Mais sete foram notificados e correm o risco de serem expulsos da carreira militar. Dois sargentos Javal Davis e Ivan "Chip" Frederick, três especialistas, Charles Graner, Sabrina Harman e Megan Ambuhl, além da recruta Lynndie England, são também acusados de participação nas humilhações e maltratos. Civis contratados por agências de inteligência e pelo próprio exército estadunidense também são alvos das denúncias. Vários oficiais e generais estão sendo investigados para saber o grau de participação e a responsabilidade pelo ocorrido. A agência de notícias Reuters acusou o Pentágono de falhar na condução das investigações.

Nesta semana novas fotos foram expostas na mídia. Desta vez dois oficiais, os especialistas Charles Graner e Sabrina Harman são fotografados fazendo sinal de positivo e sorrindo diante de um corpo de um iraquiano morto. Há suspeitas que o iraquiano tenha sido morto por interrogadores estadunidenses.

A repercussão das imagens, dizem alguns analistas, dificulta a tentativa da coalizão, liderada pelos EUA, de restaurar a credibilidade de sua atuação no Iraque. Uma pesquisa de um centro de estudos do Iraque indica que 90% dos iraquianos considerariam a presença de tropas estadunidenses como de ocupação e não como mantenedora da paz, de acordo com o jornal britânico The Guardian. Além disso, mais de 50% dos iraquianos desejariam que as forças da coalizão deixassem o país.

Referência

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Fox News

<http://www.foxnews.com/>

Jornal Folha de São Paulo

<http://www.folhaonline.com.br>

The New York Times

<http://www.nytimes.com>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk/>

The Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Likud rejeita plano de Sharon

Resenha
Segurança / Integração Regional

Layla Dawood
13 de maio de 2004

A resenha discorre sobre o episódio de rejeição do plano submetido, pelo primeiro ministro israelense, à votação do Likud e apresenta possíveis desdobramentos dele decorrentes.

No dia 2 de maio de 2004, o primeiro ministro de Israel - Ariel Sharon - submeteu à votação do Likud, partido do qual é membro, um plano de retirada unilateral de assentamentos e tropas israelenses da Faixa de Gaza e de partes da Cisjordânia. Segundo dados divulgados pela Associated Press, o plano obteve 60% de rejeição entre os votantes. Um resultado positivo no referendo interno ao partido resultaria na apresentação do plano de Ariel Sharon ao parlamento israelense. Caso tal apresentação se consubstanciasse, Shimon Peres, líder do partido de oposição trabalhista israelense, havia declarado que apoiaria o referido plano.

O plano do primeiro ministro israelense, que previa a retirada de 7.500 israelenses dos assentamentos na Faixa de Gaza e a manutenção da presença militar israelense restrita à fronteira com o Egito, contava igualmente com o apoio do presidente estadunidense, George W. Bush; no que foi considerada uma significativa mudança na política dos EUA em relação ao conflito árabe-israelense. Pela primeira vez, um presidente estadunidense teria reconhecido os assentamentos israelenses na Cisjordânia, os quais foram declarados ilegais, frente ao direito internacional, por administrações estadunidenses anteriores.

A atual posição dos EUA foi duramente criticada, uma vez que negaria o direito de retorno a milhões de refugiados palestinos aos territórios que anteriormente ocupavam, direito este amparado pela resolução 194 da ONU. As autoridades estadunidenses argumentaram que a retirada total dos assentamentos israelenses não seria uma perspectiva realista, uma vez que, na atualidade, os referidos territórios encontram-se majoritariamente ocupados por israelenses. Nesse sentido, o presidente George W. Bush declarou que uma solução justa para os refugiados palestinos seria o seu assentamento em um futuro estado palestino, cuja criação é apoiada pelos EUA.

Na data da votação no âmbito do Likud, uma colônia israelense e seus quatro filhos que se encontravam a caminho de Israel, onde pretendiam protestar contra o plano de Ariel Sharon, foram assassinados em uma emboscada levada a cabo por dois palestinos, mortos posteriormente por soldados israelenses. Especula-se que este incidente poderia ter influenciado o resultado final da votação.

Contudo, apontaram-se alguns desdobramentos que poderiam ter resultado na rejeição ao plano de Ariel Sharon por parte do partido do qual é

membro. Os israelenses assentados nos territórios ocupados promoveram uma intensa campanha de derrubada do plano, fato que poderia explicar a rejeição. Houve quem afirmasse que a própria submissão do plano à votação do partido teria sido um erro de cálculo do primeiro ministro no sentido de que teria negligenciado o poder do chamado “movimento colono” no interior do Likud.

Por outro lado, analistas políticos sustentam que Ariel Sharon não promoveu uma campanha efetiva, no âmbito do partido, em prol do plano. Assim, grande parte dos membros do Likud não estaria convencida de que este poderia promover a melhoria da segurança israelense, contendo os ataques terroristas por parte de palestinos radicais. Há, ainda, aqueles que acreditam que o desmantelamento dos assentamentos israelenses, mesmo que não em sua totalidade, seria equivalente a uma inaceitável concessão ao terrorismo.

Não se pode ainda avaliar com certeza em que medida o episódio de rejeição do plano afeta o primeiro ministro israelense. Previamente à votação, Ariel Sharon havia caracterizado a aprovação do plano como um voto de confiança a seu governo, embora tenha afirmado que agiria em conformidade com o resultado da votação. Cogita-se a possibilidade de realização de um referendo de abrangência nacional de modo a averiguar o apoio da população israelense ao plano, que é estimado em 60%.

Nesse sentido, Shimon Peres, líder da oposição trabalhista, reivindicou a convocação de eleições antecipadas em Israel por acreditar que a rejeição do plano pelo Likud significava que a vontade de uma minoria sobrepuja-se sobre a maioria da população israelense. Levantou, ainda, questionamentos acerca de possíveis repercussões negativas nas relações entre os EUA e Israel, em face do apoio concedido pelo presidente estadunidense ao plano.

No dia 9 de maio, Ariel Sharon anunciou que apresentará, dentro de três semanas, um novo plano a ser submetido diretamente ao parlamento israelense. Acredita-se que o novo plano seria uma versão “diluída” do anterior. Entretanto, há quem especule que a aprovação do mesmo pelo parlamento poderia ser dificultada, não apenas pelas divergências internas ao Likud, mas em função de declarações de Shimon Peres, nas quais deixou claro que se recusaria a apoiar o que chamou de uma “versão em miniatura” do plano.

A Autoridade Nacional Palestina, descontente com as tentativas unilaterais de resolução do conflito, reiterou que deveriam ser retomadas as negociações em torno do plano internacional de paz conhecido como “Mapa da Paz”, o qual prevê a criação do estado palestino até o final de 2005. A oposição palestina ao plano proposto pelo primeiro ministro israelense justifica-se no fato de que este resultaria na permanência da maioria dos assentamentos israelenses na Cisjordânia, território este que, segundo os palestinos, deveria integrar o futuro estado palestino.

O Quarteto (Rússia, Estados Unidos, União Européia e ONU), responsável pela elaboração do “Mapa da Paz” e mediação das negociações entre palestinos e israelenses, considerou louvável a iniciativa de Ariel Sharon de retirada dos assentamentos da Faixa de Gaza e de parte dos que se localizam na Cisjordânia. Contudo, ressaltou que as negociações bilaterais seriam mais adequadas à solução definitiva do conflito que perdura desde a criação do estado de Israel em 1948.

Mesmo em face das recentes tentativas de solução do conflito árabe-israelense, uma escalada de violência teve início após a morte da família de colonos israelenses em ataque terrorista, na data da votação do plano de Ariel Sharon. Israel reagiu aos atentados com ataques aéreos a Nablus e na Faixa de Gaza, os quais foram seguidos

por uma série de ataques terroristas a soldados israelenses.

Referência

<http://www.bbc.co.uk/>

<http://www.nytimes.com/>

<http://www.folhaonline.com.br/>

<http://www.washingtonpost.com/>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Layla Dawood; Leticia Carvalho; Vinícius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>